

## SUMMARY

The main purpose of this work is to present basic facts for the study of the Engenho Central de Porto Feliz (Central Sugar Cane mill in Brazil) in the second half of XIX century.

In 1879 a contract was signed which was meant to introduce and develop the sugar cane industry in Brazil, and in the end it was concluded that the government had authority to provide funds to all companies which had capital from foreign lands, giving them the same educational, administrative and industrial services.

Having received the necessary quantities of land in 1878 a sugar plantation was established in the Engenho Central de Porto Feliz. The second of the mills in the Province of São Paulo, the Engenho Central de Porto Feliz was the first to be established in the Province of São Paulo.

### **O ENGENHO CENTRAL DE PORTO FELIZ**

(subsídios para o estudo dos Engenhos Centrais do Brasil no século XIX)

Jonas Soares de Souza

The Engenho Central de Porto Feliz had an interesting program and financial arrangement which shows the interest of the government.

The Engenho Central was built by a Company in the 18th century, which was the Companhia Açúcar Central Paulista and later bought by a French Company, the Société Générale d'Industrie, which owned already five other sugar mills in Brazil. The Engenho Central was located in São Paulo and the mills of Capão and Parati, in Santos in the State of São de Joffré.



## SUMMARY

The main purpose of this article is to present basic facts for this study of the Engenhos Centrais no Brasil (Central Sugar Cane mills in Brazil), in this second half of XIX century.

In 1875 a general law n.º 2.687, was published which, was meant to promote and develop this sugar cane industry in Brazil, and in its 2<sup>rd</sup> item it was mentioned that the government had authority to provide funds to all companies which built central sugar cane mills, giving them the most advanced machineries and fabrication methods.

Having received the benefits given by this law in 1878 a sugar cane mill was inaugurated, the Companhia Açucareira de Porto Feliz, the second of Brazil and the first one in the Province of São Paulo.

Its modern machinery was bought from the Brissoneau Frères & Cia., a french house in Nantes and installed by André Paturau, who in 1876 was allowed by the Imperial Government to use modern processes of his own invention and to produce sugar cane.

This enterprise, however and many others in the same region failed because the country was concentrating on coffee plantation and at same time the international market was overcrowded with beet sugar produced in the Caribbean and there was no need of brasilian sugar.

The Companhia Açucareira de Porto Feliz had to face several problems and financial difficulties which finally did put an end to its activities.

The Engenho Central was bought by a Company in Rio de Janeiro named Companhia Engenho Central Paulista and later, bought by a French Company the Société Sucrerie Brésiliennes, which owned already five other sugar mills in Brazil: Piracicaba, Lorena e Vila Raffard in São Paulo and the mills of Cupim and Paraiso, in Campos in the State of Rio de Janeiro.



## O ENGENHO CENTRAL DE PORTO FELIZ

(subsídios para o estudo dos Engenhos Centrais do Brasil no século XIX)

Jonas Soares de Souza

A desarticulação da produção açucareira nas Antilhas, em fins do século XVIII, favoreceu a revalorização do açúcar brasileiro. Com a alta de preços e a ampliação dos mercados mundiais, incentivou-se a produção no Brasil e o renascimento dos engenhos corresponde ao soerguimento da economia paulista.

“A agricultura desenvolveu-se, a produção aumentou em todos os setores, principalmente no açucareiro. São Paulo encontrou definitivamente seu modo de vida na agricultura. A agricultura será responsável pelo aumento da população e pelo acúmulo de capitais que permitirão, primeiro, o aparecimento de grandes engenhos, depois, de grandes fazendas de café” (1).

Na área central da capitania, no quadrilátero formado por Mogi-Guaçu, Jundiá, Porto Feliz e Piracicaba (2) estava concentrada a maior parte da cultura de cana-de-açúcar e da indústria canavieira (3).

---

(1) Petrone, Maria Thereza Schorer — “A Lavoura Canavieira em São Paulo, Expansão e Declínio (1765-1851)”. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1938. Pág. 21 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

(2) Prado Júnior, Caio — “Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)”, 7.<sup>a</sup> Ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1963, pág. 75. — Maria Thereza Schorer Petrone prefere Sorocaba a Porto Feliz “como um dos pontos formadores do quadrilátero, pois em Sorocaba o cultivo da cana-de-açúcar ainda teve relativa importância e, porque, dessa maneira, Itú, importantíssimo centro canavieiro e outras áreas produtoras de açúcar ficam decididamente enquadradas”. Op. cit., pág. 24 nota 1.

(3) Consultar: Petrone, Maria Thereza Schorer, op. cit.; Lisanti Filho, Luiz — “Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX” (O Exemplo de três vilas paulistas: Campinas, Itu e Porto Feliz), 1798-1828/9. São Paulo, 1962. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da F.F.C.L. da Universidade de São Paulo (mimeografado); e Queiroz, Suely Robles Reis de — “Algumas Notas Sobre a Lavoura do Açúcar em São Paulo no Período Colonial”, “Anais do Museu Paulista”, tomo XXI, São Paulo, 1967, págs. 109-277.

Ultrapassada a fase de "gestação da economia cafeeira" no Vale do Paraíba (4) a nova cultura avança para o chamado Velho Oeste Paulista. Campinas, um dos maiores produtores de açúcar na área do quadrilátero, que chegou em 1836 a ter 93 engenhos com uma produção de 158.447 arrôbas de açúcar (5), no início da segunda metade do século XIX (1854) tem seu número de engenhos reduzido para 44, produzindo 62.290 arrôbas, enquanto cresce o número de fazendas de café para 177 com uma produção de 335.550 arrôbas (6).

Em Porto Felix, a lavoura da cana-de-açúcar "pode ser considerada (1854): 60 fazendas de café, com uma produção de 16.702 arrôbas, para 164 engenhos, com uma produção de 159.070 arrôbas de açúcar (7).

Em Porto Feliz, a lavoura da cana-de-açúcar "pode ser considerada uma expansão da ituana. Gente de Itú, à procura de novas terras, levaram o interesse pela lavoura canavieira à antiga Ararytaguaba induzindo, inclusive, os primitivos moradores a plantar cana" (8).

Em 1798 havia 40 engenhos produzindo 23.280 arrôbas de açúcar, e no ano seguinte 46 engenhos com a produção de 30.672 arrôbas (9). "Ao findar o período colonial, a antiga freguesia de Ararytaguaba, juntamente com Itú e Campinas, movia os cordéis da produção açucareira na Capitania. Em 1822 a sua produção era de 98.253 arrôbas, emparelhando com Itú e somente ultrapassada por Campinas. Era zona das mais povoadas, com escravaria apenas ligeiramente inferior a de Campinas e Itú" (10).

---

(4) Furtado, Celso — "Formação Econômica do Brasil", 6.<sup>a</sup> Ed., São Paulo, Editora Fundo de Cultura, 1954, Capítulo XX, págs. 133-140.

(5) Muller, Daniel Pedro — "Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo", São Paulo, Typographia de Costa Silveira, 1838, Tabelas 3 e 4.

(6) Oliveira, José Joaquim Machado de — "Quadro Estatístico da alguns Estabelecimentos Ruraes da Província de São Paulo" in "Documentos com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de S. Paulo Instruo o Relatorio da Abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de Fevereiro de 1855", São Paulo, Typographia 2 de Dezembro, 1855, Quadro N.

(7) Oliveira, José Joaquim Machado de — op. cit., loc. cit.

(8) Petrone, Maria Thereza Schorer — op. cit., pág. 49.

(9) Mendonça, Antonio Manoel de Mello Castro e — "Memória Econômico-Política da Capitania de São Paulo", "Anais do Museu Paulista", Tomo XV, São Paulo, 1961, pág. 243.

(10) Queiroz, Suely Robles Reis de — op. cit., pág. 256.

Mesmo levando-se em conta a separação de Piracicaba (1823), notamos uma elevação no número de engenhos. Em 1836 um número de 76 engenhos produziam 73.113 arrôbas de açúcar (11).

A partir de então, a atividade canavieira enfrenta uma sensível queda, apesar de continuar como a principal atividade econômica, apresentando em 1854 a quantidade de 38 engenhos com uma produção de 43.310 arrôbas, e isto sem a interferência muito acentuada da atividade cafeeira, cuja produção é, na mesma época, de 6.350 arrôbas em apenas 16 fazendas de café (12).

A região do quadrilátero continua, em meados do século XIX, como a maior produtora de açúcar da província de São Paulo. Alguns melhoramentos técnicos são introduzidos na década de 1860. Tschuddi, dirigindo-se de Piracicaba para Capivari, ao passar pela fazenda do Marquês de Monte Alegre, dedicada ao cultivo da cana-de-açúcar, atesta a utilização do arado: "menciono esta particularidade porque este instrumento agrícola é quase desconhecido em toda a Província, embora a configuração do terreno se preste muito bem a seu uso" (13).

Com o propósito de animar e desenvolver a indústria açucareira no Brasil, em 6 de novembro de 1875 foi promulgada a Lei Geral n.º 2.687, cujo artigo 2.º autorizava o Governo a garantir juros de 7% ao ano, até o capital realizado de 30.000:000\$000 (trinta mil contos), às Companhias que estabelecessem engenhos centrais "para fabricar assúcar de cana, mediante o emprego de aparelhos e processos modernos os mais aperfeiçoados" (14).

De acordo com o parágrafo primeiro do referido artigo, as preferências recaíam sobre aquelas companhias que já tivessem celebrado ajustes para o mesmo fim com as administrações provinciais, e que se achassem associadas aos proprietários agrícolas da região onde se pretendesse instalar o Engenho Central, assegurando com esta providência o fornecimento de cana-de-açúcar na quantidade necessária, e a revitalização das propriedades dedicadas ao seu cultivo.

---

(11) Muller, Pedro Daniel — op. cit., tabelas 3 e 4.

(12) Oliveira, José Joaquim Machado de — op. cit., quadro N.

(13) Tshuddi, J. J. von — "Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo", São Paulo, Livraria Martins Editôra, 1953, pág. 198. (Biblioteca Histórica Paulista — V).

(14) "Collecção das Leis do Império do Brazil de 1875", Tomo XXIV, Parte I e II, vol. 1, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1876, págs. 187-191.

Em 12 de setembro de 1877 foi inaugurado o Engenho Central de Quiçamã, por iniciativa do Barão de Araruama, o primeiro a ser fundado no Brasil, no município de Macahé — Rio de Janeiro.

Em 1883 o presidente da província de São Paulo, Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, na fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial, comentava:

“Esta província, que foi talvez o berço da lavoura de canna no Brazil, não podia ficar estacionaria ante os beneficios que se propoz espalhar a Lei Geral n. 2.687, de 6 de Novembro de 1875, com o patriótico empenho de animar e desenvolver a industria assucareira.

Esta industria que já teve na provincia sua phase de prosperidade notavel, mas que ha muito quasi totalmente abandonada pela lavoura de algodão, tambem substituída mais tarde pela do café, tende actualmente á desenvolver-se, graças ao espirito emprehendedor dos paulistas, auxiliado pela Lei referida.

Hoje que a grande baixa do principal producto de exportação da Provincia veio mostrar de modo irrefragavel que não deve ella confiar o seu futuro economico de um unico genero de produção e exportação, é-me grato registrar que a introdução e desenvolvimento dos engenhos Centraes na provincia promette ser um auxiliar poderoso, mantendo a receita provincial, chamando os pequenos lavradores á participação de lucros certos e attrahindo á lavoura maior numero de individuos” (15).

Das cinco concessões de garantia de juros aos Engenhos Centrais a serem estabelecidos na província de São Paulo, quatro se concentraram na antiga região do “quadrilátero do açúcar” (16).

---

(15) “Falla dirigida á Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo na Abertura da 2.<sup>a</sup> Sessão da 24.<sup>a</sup> Legislatura em 10 de janeiro de 1883 pelo presidente Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão”, São Paulo, Typographia do Ypiranga, 1883, pág. 71.

(16) 1.<sup>a</sup> — Decreto 6.191 de 3-5-1876, sobre um capital de seiscentos contos, para a construção de um Engenho Central no Município de Capivari. Esta concessão, prorrogada em 1877, foi declarada caduca em 1881. A 2.<sup>a</sup>, para a Companhia Assucareira de Porto Feliz. A 3.<sup>a</sup>, decreto 8.089 de 7-5-1881, sobre um capital de 400:000\$000 depois ampliado para quinhentos contos, para o Engenho Central de Piracicaba. A 4.<sup>a</sup> pelo Decreto 8.098 de 21-5-1881, sobre um capital de 500:000\$000, para o Engenho de Lorena, fora do quadrilátero; e a 5.<sup>a</sup> concessão, pelo Decreto 8.123 de 28-5-1881, também para o Município de Capivari. (“Collecção de Leis do Império do Brazil”).

A primeira concessão, sobre um capital de 600:000\$000 (seiscentos contos) foi dada para a sociedade organizada por Joaquim Travassos, que tinha por objetivo a construção de um Engenho Central no Município de Capivarí. Esta concessão foi prorrogada em 1877 e declarada caduca em 1881. Neste ano, por um Decreto de 28 de maio, foi concedida a quinta garantia de juros para a Província de São Paulo, sobre um capital de 500:000\$000, para um Engenho Central a ser construído no mesmo Município. Em agosto de 1882 foi organizada em Londres a "The São Paulo Central Sugar Factory of Brazil Limited", com um capital de 80.250 libras, para a produção de açúcar também em Capivarí (17).

A terceira concessão de juros, sobre um capital de 400:000\$000 (quatrocentos contos de réis) depois ampliado para 500 contos de réis, foi para o Engenho Central a ser construído em Piracicaba. A quarta, sobre um capital de 500:000\$000 (quinhentos contos de réis), foi para o Engenho Central de Lorena, no Vale do Paraíba, portanto, fora da região do quadrilátero.

A concessão de garantia de juros de 7% ao ano sobre um capital de 300:000\$00 (trezentos contos de réis), depois ampliado para 400:000\$000, através do Decreto n.º 6.355 de 11 de outubro de 1876, a segunda da província, foi dada para a Companhia Assucareira de Porto Feliz (18).

No início de 1876 foram realizados os primeiros preparativos para a organização de uma sociedade congregando os proprietários da região e liderada pelo Dr. Joaquim Travassos e pelo Desembargador Avelino Gavião Peixoto, para a construção do Engenho Central de Porto Feliz, aproveitando-se dos benefícios da Lei Geral n.º 2.687 e objetivando o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar no Município.

Em 20 de agosto de 1876 os diretores provisórios da Companhia passaram procuração ao Dr. Cesário Mariano de Azevedo Magalhães, para a realização de contrato de fornecimento de máquinas (19). Os modernos maquinismos foram adquiridos da casa francesa especializada Brissonneau Frères & Cie. de Nantes, por 495.040 francos, aproximadamente 198:000\$000 (cento e noventa e oito contos de rs).

---

(17) "Falia dirigida á Assembleia Legislativa Provincial pelo Pres. Francisco de Carvalho Soares Brandão...", op. cit., pág. 74.

(18) "Collecção de Leis do Império do Brasil de 1876".

(19) "Livro de Notas do Cartório do 1.º Officio de Porto Feliz", n.º 30, 1876, pág. 36-38. Mss

Em dezembro do mesmo ano foi realizada a compra de parte de uma chácara, propriedade de Manoel Augusto das Chagas, pela quantia de 1.800\$000 (um conto e oitocentos mil réis) (20), na margem esquerda do Rio Tietê, onde foi construído, a dez metros do nível do rio, um grande edifício e dependências que apresentavam a forma de uma cruz, ocupando uma área de 1.772 metros quadrados. A sólida chaminé de tijolos possuía 27 metros de altura.

A cláusula IX do Decreto, que estabelecia que a Companhia seria ligada através de **tram-way** com as propriedades agrícolas e com a estação mais próxima da Estrada de Ferro Sorocabana, foi substituída, pelo Decreto n.º 6.598 de 27 de junho de 1877, por outra que permitia a utilização da navegação do Tietê, para a ligação das propriedades agrícolas com o Engenho Central e deste com a estação mais próxima da Estrada de Ferro Ytuana, transportando a cana-de-açúcar e produtos através de pranchas rebocadas a vapor. Grande parte da cana-de-açúcar necessária para alimentar o Engenho Central somente poderia ser transportada pelo Rio Tietê, pois as propriedades ribeirinhas estavam em condições de fornecer mais de 50% da produção do município (21). A existência de corredeiras e pequenas cachoeiras dificultava a passagem do Vapor, o que levou a Assembléia Provincial conceder a verba de 10:000\$000 (dez contos de réis) para a desobstrução do trecho entre Porto Feliz e Salto de Itú, verba insuficiente em relação a dimensão do problema a espera de solução.

Ao lado das edificações foi construído o cais de desembarque e sobre este a plataforma dos guindastes a vapor, munidos de relógios dinamométricos para a pesagem das canas, com 2.000 kilos de capacidade. As canas eram transportadas dos guindastes para as moendas por intermédio de pequenos **tram-ways**. A cana-de-açúcar que chegava por terra era pesada em balanças especiais com capacidade para 5.000 kilos. Os instrumentos destilatórios eram do sistema Egrot. O Engenho tinha capacidade para moer 125.000 kilos de cana e para produzir 7.500 kilos de açúcar diariamente, além de aguardente fabricada com resíduos de melaços. Uma correia transportava a cana para as moendas de três cilindros, movidas por uma máquina de 25 cavalos. Depois de receber o ácido sulfuroso para a sua clarificação, o caldo era conduzido através de poderosas bombas para os grandes tanques, de onde passavam para as caldeiras com

---

(20) Idem, pág. 52-54.

(21) "Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Baptista Pereira Presidente da Província de S. Paulo passou a administração ao 2.º Vice-Presidente Exmo. Sr. Barão de Três Rios". Typographia a Vapor do "Diário de Santos", 1878, pág. 80.

capacidade para 1.500 litros e dali para dois decantadores contínuos, dispostos de tal forma que, ocupando pequeno espaço, obrigavam o caldo percorrer uma extensão de 37,50 metros. Após a ação da cal, bombas a vapor levavam o caldo para três caldeiras de clarificação, onde era submetido a ebulição, para torná-lo mais puro. Depois, um ascensor conduzia o caldo para o evaporador de triplíce efeito, que elevava o grau sacarino de 8.º ou 9.º para 25.º **Baumé**. Após o necessário repouso, o caldo passava para duas caldeiras de coser que o deixavam em ponto de ir para as resfriadeiras. Um moinho dividia as massas que eram conduzidas por um caminho de ferro aéreo até seis turbinas movidas por duas máquinas de 10 cavalos. O mel voltava várias vezes aos aparelhos para diferentes produtos. Existiam também aparelhos para a produção de ácido sulfúrico clarificador, bombas auxiliares, cisternas, reservatórios para aguardente, diversos tanques, e aparelhos tubulares com 100 m<sup>2</sup> de superfície de aquecimento ou força de 70 cavalos (22).

O Decreto n.º 6.352 de 11 de outubro de 1876 autorizou o funcionamento e aprovou com modificações os Estatutos da Companhia Assucareira de Porto Feliz. O seu Engenho Central foi o primeiro a ser construído na Província de São Paulo.

As dificuldades efetivaram-se logo de início, pois a instalação do estabelecimento custou cerca de 460.000\$000 (quatrocentos e sessenta contos de réis), e não sendo possível a emissão total das ações (23) recorreu-se a operações de crédito que falharam, "... pela natural desconfiança que sempre inspiram as empresas nascentes em nosso paiz, ou seja por ser esta sem exemplo na Provincia..." (24). Em 1883 o Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão afirmava perante a Assembléia Legislativa Provincial:

"O Engenho Central de Porto Feliz, como quasi toda a empresa iniciadora, não podia deixar de pagar seu tributo á inexperiencia, em consecuencia da qual sérias dificuldades

---

(22) "Falla dirigida á Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo Presidente Francisco de Carvalho Soares Brandão", op. cit., pág. 72/73.

(23) Foram subscritas apenas 950 ações de 200\$000 cada uma. Como os gastos atingiram a soma de 460.000\$000 foi imprescindível efetuar empréstimos onerosos. Em 1880 foram emitidos 300.000\$000 em debêntures de 100\$000, a juros de 8 1/2% ao ano, aliviando temporariamente a situação da Companhia.

(24) "Relatório sobre as cauzas que determinaram a liquidação forçada da Companhia Assucareira de Porto Feliz". Mss. pág. 41.

ameaçaram a vida da Companhia, que foi sustentada pelo patriotismo e abnegação de seus acionistas” (25).

Além disso, não sendo cumprido o primeiro ítem da III cláusula do contrato com o Governo Imperial, segundo a qual haveria isenção de direitos de importação sobre máquinas, instrumentos, trilhos e outros materiais destinados ao serviço da fábrica, desde que a Companhia apresentasse ao Tesouro Nacional ou na Tesouraria da Fazenda da Província de São Paulo a relação de tal material, a Companhia ficou obrigada ao pagamento de direitos elevados antes da retirada das máquinas, remetidas pela Brissonneau Frères, da alfândega de Santos.

Apesar das dificuldades, o Engenho Central foi inaugurado em 28 de outubro de 1878. O Presidente da Província, Dr. João Baptista Pereira, afirmava em relatório, ao passar a administração ao Vice-Presidente Barão de Três Rios:

“Não se pôde duvidar que mais um grande commettimento veio assignalar o progresso industrial da Provincia e que para a lavoura da canna tão desalentada, surgiu uma era de esperanças, que o zelo da Directoria da Companhia e o patriotismo dos poderes públicos não devem consentir que se mallogrem” (26).

Em virtude da falta de conhecimentos técnicos da maioria dos empregados, a Companhia realizou um contrato com o Engenheiro André Paturau, representante da Brissonneau Frères e autor de um novo processo e aparelho para a fabricação do açúcar (que foram utilizados no Engenho Central de Porto Feliz) (27) e com o Fernand Dumolin, ambos também responsáveis pelas obras do Engenho Central de Piracicaba.

O segundo ítem da cláusula III do Decreto 6.355, que concedia a garantia de juros para o Engenho Central de Porto Feliz, reservava preferência à Companhia Assucareira na aquisição de terrenos devolutos existentes no município, efetuando-se pelos preços mínimos

---

(25) “Falla...”, op. cit., pág. 73.

(26) “Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Baptista Pereira...”, op. cit., pág. 80.

(27) O contrato foi realizado em 12/12/1879, conforme Livro de Notas n.º 33, pág. 19-20, do 1.º Ofício de Porto Feliz. O Decreto n.º 6.187 de 26/4/1876, concedia ao Dr. André Paturau o privilégio por oito anos ao aparelho e processo de sua invenção. (“Collecção das Leis do Império do Brazil de 1876”).

da Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850 (28), para distribuí-los entre imigrantes por ela importados e estabelecidos, não podendo vendê-los, medidos e demarcados, por preço superior ao autorizado pelo Governo. Estes imigrantes deveriam dedicar-se ao cultivo da cana-de-açúcar. Para resolver o problema de fornecimento da matéria-prima e de mão-de-obra, facilitava, portanto, o decreto a introdução de imigrantes que seriam fixados no município pelo regime da pequena propriedade fundiária. O novo proprietário não encontrava dificuldades na formação da lavoura, pois o decreto também determinava que 10% do capital garantido pelo Estado deveria ser destinado a formação de um fundo especial para assegurar empréstimos a prazos convencionais e juros de até 8% ao ano aos plantadores e fornecedores de cana, como adiantamento pelos gastos de produção (29).

Outra cláusula proibia terminantemente a utilização do trabalho escravo dentro do Engenho Central, agindo no sentido de forçar a companhia a favorecer a imigração, caso verificasse dificuldades na utilização do trabalhador livre nacional (30).

Em 1882 as despesas com salários mensais atingiam a soma de 13:058\$144 (31) e em 1883 o volume de mão-de-obra empregado variava entre 95 a 100 pessoas todas livres (32).

O relatório do Gerente Luiz Antônio de Carvalho aos acionistas, em dezembro de 1882, afirmava que "graças ao zelo e boa vontade do engenheiro da Companhia, Dr. Antonio de Toledo Piza, conseguiu-se grande redução no preço do trabalho diário do Engenho durante a safra". O serviço realizado por empregados que recebiam 1\$500 de jornal, foi substituído pelo serviço desempenhado por meninos cujo jornal não excedia 1\$000 (33).

---

(28) VASCONCELLOS, J. M. P. de — "Livro das Terras ou Colleção da Lei Regulamentos e Ordens", Rio de Janeiro, H. Laemmert & Co., 1885.

(29) "Colleção das Leis do Império do Brazil de 1876", Decreto n.º 6.355, de 11/10/1876. Cláusula XI.

(30) Idem, idem, Cláusula XVII.

(31) "Relatório de Luiz Antônio de Carvalho aos Acionistas", 31 de Dezembro de 1882, pág. 7.

(32) "Falla...", op. cit., pág. 73.

(33) "Relatório de Luiz Antônio de Carvalho", pág. 8.

Os salários mensais, em Porto Feliz, variavam entre 16 a 20 mil réis, e os jornaleiros recebiam entre 1\$280 e 1\$500, no campo, e 1\$200 a 2\$000 diários no Engenho (34).

Em 1884, numa Receita de 199:389\$372 réis, as despesas com salários somavam 29:607\$184 réis (35). Pelo Artigo 24.º dos Estatutos da Companhia, a gerência receberia 6.000\$000 (seis contos de réis) anualmente, deduzidos da renda bruta da empresa (36). O administrador das obras percebia 200\$000 (duzentos mil réis) e o guarda-livros 100\$000 (cem mil réis) mensais (37).

A Companhia, porém, lutava pela sobrevivência. Avolumaram-se as dificuldades financeiras, surgiram dissensões no seio da sociedade, as garantias de juros por parte do Governo Imperial não se efetivaram (38). "Era manifesta a insolvabilidade da Companhia n'essa ocasião" — 1880 (39). Já em 1878 surgiram problemas, pois, as despesas da Companhia excediam a mais de 1/3 do capital social, do qual foram realizados somente 200:000\$000. Para cobrir as despesas de construção alguns acionistas e a Diretoria levantaram capitais sob suas responsabilidades pessoais (40).

Para a consolidação da dívida flutuante, que onerava a Companhia com juros exagerados, foram contraídos empréstimos a longo prazo com juros módicos; para pagamento destes juros, contraíram-se outros empréstimos pagáveis a curto prazo com juros altos acumulados anualmente.

---

(34) LAËRNE, C. F. van Delden — "Le Brésil Et Java. Rapport sur la Culture du Café en Amérique, Asie et Afrique", présenté à S. E. le Ministre des Colonies par... Haïa, Martinus Nyhoff, 1865, pág. 123.

(35) "Relatório da Companhia Assucareira de Porto Feliz apresentado à Assembléa Geral dos Snrs. Accionistas em 20 de dezembro de 1884", São Paulo, Typographia a Vapor de Jorge Seckler & C., 1885, pág. 11.

(36) "Estatutos da Companhia Assucareira de Porto Feliz", Rio de Janeiro, Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1877, pág. 21.

(37) "Relatório sobre as cauzas que determinaram a liquidação forçada da Companhia Assucareira de Porto Feliz", Ms.

(38) De acordo com o parágrafo 1.º da XIX cláusula, o pagamento os juros garantidos seriam suspensos "se por culpa da Companhia, durante três annos consecutivos o engenho central não produzir o **minimum** do assucar que a companhia se produz fabricar". A cláusula VII do mesmo Decreto (6.355) estabelecia a capacidade para moer 150.000 kilos de cana e para fabricar 500.000 kilos de açúcar por ano no mínimo. Em 1883 a moagem diária era de 125.000 kilos.

(39) "Relatório sobre as cauzas que determinaram...", pág. 44 verso.

(40) "Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Baptista Pereira...", op. cit., pág. 80.

Durante o período de 1880-1884, o produto líquido das safras atingiu a soma de 131:121\$712 (cento e trinta e um contos, cento e vinte e um mil setecentos e doze réis), enquanto no período entre 1881-1884 foram pagos 171:808\$111 (cento e setenta e um contos, oitocentos e oito mil cento e onze réis): "O pagamento desses juros é o que mais tem onerado a Companhia, não podendo os saldos de lucros, em todos os annos, corresponder áquelles pagamentos" (41).

Em 1884 foram gastos 105:988\$442 rs. na compra da cana-de-açúcar, e a produção de açúcar e aguardente rendeu apenas 199:389\$372 rs. Os diretores explicaram em relatório aos acionistas que a safra daquele anno não produzira o fabrico correspondente em virtude das fortes geadas que castigaram as canas "as quaes não podiam desenvolver a materia saccharina". Além disso, as vendas foram desfavoráveis, sendo uma parte do açúcar vendido pelo preço de 5\$000 por arrôba, enquanto outro lote era vendido por 4\$500, e nove mil arrôbas vendidas a 3\$750 por arrôba. O produto líquido das safras foi de apenas 34:621\$196 rs. (42).

Apesar do crescimento das plantações e do aumento das compras do Engenho (43), ao lado dos problemas financeiros surgiram problemas quanto ao fornecimento da cana-de-açúcar. Em Assembléia Geral ficou deliberada uma reunião com os plantadores para o dia 10 de maio de 1882, na qual seriam tratados problemas ligados a quantidades de fornecimento e preços da cana-de-açúcar. Os plantadores não atenderam a convocação e a diretoria da Companhia resolveu fixar o preço em 14\$000 por 1.500 kilos, com redução das despesas de transporte pelo Rio Tietê, determinando também o preço do açúcar que seria remetido aos fornecedores em pagamento ao fornecimento (44). "Em um e outro cazo esqueceu-se a Diretoria que a compra e venda é um contracto synallagmático, cujas condi-

---

41) "Relatório da Companhia Assucareira... de dezembro de 1884", op. cit. pág. 5/6.

(42) Idem, pág. 4/5.

(43) Na safra de 1881 — compra de canas: 58:351\$517  
" 1882 " " 93:851\$975  
" 1883 " " 88:280\$195  
" 1884 " " 105:988\$442

Idem, pág. 4.

(44) A cláusula X do Decreto 6.355 estabelecia: "Nos contractos celebrados com a Companhia é livre aos proprietários agricolas, plantadores e fornecedores de canna estabelecer as condições do fornecimento e sua indennisação, podendo esta ser ajustada em dinheiro pelo peso e qualidade da canna, ou em certa proporção e qualidade do assucar fabricado".

ções não podem sem violencia ser determinadas e impostas por uma das partes á outra" (45). Muitos lavradores mantiveram sua relutância na continuidade do fornecimento.

Em meio as grandes dificuldades, uma série de melhoramentos foram introduzidos durante o ano de 1882. Foi montada uma serra a vapor para o corte de lenha, trabalho antes realizado por um grupo de quinze homens ganhando cada um 1\$500 rs. diários e que com o novo aparelho era desempenhado por dois homens, trazendo uma economia diária de 18\$000 a 22\$000 rs. O Engenheiro André Paturau montou uma nova caldeira a vapor, que para ser transportada de Santos até o Engenho Central gastou de frete 1:293\$780 rs., e iniciaram-se os trabalhos de construção de novos depósitos para aguardante e melaço (46).

Diante das providências tomadas por alguns acionistas e credores para a liquidação judicial, a Diretoria da Companhia aconselhava o arrendamento do Engenho Central, pois "feito o arrendamento com critério e reflexão a Companhia pagará, embora com alguma demora, o seu passivo, lucrará os melhoramentos introduzidos no Engenho, as ações, terão valor real, o Município não deixará de tirar o proveito que lhe advem da venda das cannas, e a pequena lavoura não perecerá", enquanto a liquidação judicial acarretaria um verdadeiro desastre, pois, "além da perda total das cannas plantadas, que trará á pequena lavoura irremediavel prejuizo, a incerteza em que esta ficará durante o processo da liquidação, que tem seus tramites, impedirá novas plantações. N'este caso, ao lado da falta que faria ao Município a venda das cannas existentes, os lavradores menos favorecidos da fortuna perderiam os meios de continuar na lavoura, e ter-se-hia de lamentar, durante 4 ou mais annos, as consequencias certas de tão grande mal" (47).

Em 5 de fevereiro de 1885 o Engenho Central foi arrendado ao Engenheiro André Paturau (48), que no ano seguinte rescindia o contrato alegando grandes prejuízos em virtude das fortes geadas que danificaram a maior parte dos canaviais. O asoeramento dos débitos determinou a insolvabilidade da Companhia e "depois de 10

---

(45) "Relatório sobre as cauzas...", op. cit., pág. 47 verso.

(46) Relatório de Luiz Antônio de Carvalho aos Acionistas...", op. cit., 4-5.

(47) "Relatório da Companhia Assucareira de Porto Feliz de 20 de Dezembro de 1884", op. cit., pág. 8-9.

(48) "Livro de Notas n.º 39 — 1.º Officio de Porto Feliz", Ms. pág. 40.

anos de uma luta heróica contra multiplos elementos, que empediam a sua prosperidade" (49) foi decretada a sua liquidação forçada em abril de 1887 (50).

Uma nova sociedade anônima foi organizada com sede no Rio de Janeiro, e autorizada a funcionar pelo Decreto n.º 9.910 de 24 de março de 1888, recebendo por adjudicação o Engenho Central e assumindo todos os direitos e obrigações da Companhia Assucareira de Porto Feliz (51). O mesmo Decreto designava três acionistas para a nova Diretoria, entre os quais o Engenheiro André Paturau, demitido depois pela Assembléia Geral dos Acionistas de 3 de outubro de 1888, sendo substituído por Ricardo Creagh, que encontrou ferverha resistência, por parte daquele, na entrega do estabelecimento.

Para assegurar o fornecimento, a nova proprietária do Engenho Central, a Companhia Engenho Central Paulista, realizou uma série de contratos com plantadores de cana-de-açúcar da região. Ainda em proveito do Engenho Central, em 1887 foi organizado o núcleo colonial "Rodrigo Silva", tendo o Governo Imperial adquirido em Porto Feliz 1601 hectares de terras, que foram divididos em lotes de 25 a 30 hectares e vendidos a algumas dezenas de famílias belgas, introduzidas no Brasil no início de 1888, por intermédio de um contrato realizado com o abade Jean Baptiste Van Esse (52).

Os problemas financeiros continuavam sem solução, pois, já em 1890 a Companhia Engenho Central Paulista contraía empréstimo de 120:000\$000 no Banco de Crédito Real do Brasil, hipotecando o terreno, edifícios e máquinas, no valor de 240:000\$000 (53).

Alguns anos depois, o estabelecimento foi absorvido por uma companhia francesa, a Sociéte de Sucreries Brésiliennes, e que possuía um capital de sete milhões de francos e cinco outros engenhos centrais: Piracicaba, Vila Raffard (Capivarí) e Lorena, no Estado de

---

(49) "Relatório das cauzas que determinaram...", op. cit., pág. 51.

(50) Todos os Engenhos Centrais do "quadrilátero" enfrentaram grandes problemas e foram encerrados: Capivarí, Piracicaba, The São Paulo Central Sugar Factory of Brazil Limited. Somente o de Lorena continuou em funcionamento e recebendo os benefícios da Lei Geral 2.687.

(51) "Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1888".

(52) "Relatório da Comissão Central de Estatística, São Paulo", 1888.

(53) "Translado da Escripturas de Empréstimos a juros que o Banco Real do Brasil faz a Companhia Engenho Central Paulista", 1890. Mss.

São Paulo; e as Usinas de Cupim e Paraíso, em Campos, no Estado do Rio de Janeiro (54).

## CONCLUSÃO

Para os síndicos, "...as cauzas que determinaram a liquidação forçada da Companhia foram, remotamente, o facto de não ter sido possível emittir-se todo o capital, e immediatamente a má administração dos negócios..." (55). Escapava-lhes a conjuntura desfavorável. Na década de 1870, quando foi promulgada a Lei Geral n.º 2.687 prometendo garantia de juros aos engenhos Centrais e inaugurado o Engenho Central de Porto Feliz, o açúcar participava com apenas 11,8% no total dos produtos exportados pelo Brasil.

O açúcar brasileiro, favorecido pela conjuntura do final do século XVIII, quando se verificou o renascimento dos engenhos paulistas, a partir da segunda década do século XIX entra numa fase de recessão que tem suas origens na baixa dos preços e no aumento da concorrência nos mercados internacionais. O Brasil enfrenta a concorrência do novo grande produtor, Cuba, e do açúcar de beterraba, que em 1860 estará suprimindo 25% do consumo mundial; em 1882 — 50% e em 1900, 75%. O açúcar, que na década de 1820 era o principal produto de exportação com 30,1% do total exportado, já na década de 1830 é sobrepujado pelo café que exporta 43,8%, aparecendo em segundo lugar com 24%. A partir de então, a economia brasileira volta-se quase que totalmente para a monocultura cafeeira e a exportação do açúcar vai diminuindo gradativamente: 1841/1850: 26,7%; 1851/1860: 21,2%; 1861/1870: 18,3%; 1871/1880: 11,8% e em 1881/1890: 9,9% do total dos produtos exportados (56).

Soma-se à violenta retração na exportação do produto brasileiro a fase de desorganização interna devido o desenvolvimento da in-

---

(54) BRANDÃO SOBRINHO, Júlio — "A Lavoura de Canna e a Industria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense". Relatório apresentado ao Secretário da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. São Paulo, Typographia Brazil de Rothchild & Co., 1912, pág. 52.

(55) "Relatório das Cauzas que determinaram a falencia forçada da Companhia Assucareira de Porto Feliz", Mss. pág. 51.

(56) Dados computados por PINTO, Virgilio Noya, em "Ritmos da Economia e Dependência Econômica em face dos Mercados Externos", "Anais do Museu Paulista", Tomo XIX, São Paulo, 1965.

compatibilidade da coexistência da produção mercantilizada com o regime escravista e a conseqüente substituição das relações de produção escravistas pelas relações de produção baseadas em mão-de-obra assalariada.

As dificuldades na emissão total das ações da Companhia, no levantamento de empréstimos e no pagamento dos débitos contraídos, na efetivação de contratos com fornecedores de cana-de-açúcar, enfim, o fracasso do empreendimento que utilizava do mais moderno processo e maquinismo na fabricação do açúcar e de seus congêneres da região, só pode ser totalmente explicado levando-se em conta este contexto conjuntural.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### I — FONTES PRIMÁRIAS

#### DOCUMENTOS MANUSCRITOS

- "Livro de Notas do Cartório do 1.º Ofício de Porto Feliz", n.º 30, 1876.  
"Livro de Notas do Cartório do 1.º Ofício de Porto Feliz", n.º 33, 1879.  
"Livro de Notas do Cartório do 1.º Ofício de Porto Feliz", n.º 39, 1885.  
"Relatório sobre as causas que determinaram a liquidação forçada da Companhia Assucareira de Porto Feliz", Arquivo Pedro Paulo de Oliveira — Porto Feliz.  
"Translado da Escripura de Empréstimos a juros que o Banco de Crédito Real do Brasil faz a Companhia Engenho Central Paulista", Arquivo Pedro Paulo de Oliveira — Porto Feliz.

#### DOCUMENTOS PUBLICADOS

- "Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1875/1885", Rio de Janeiro, Typographia Nacional.  
"Estatutos da Companhia Assucareira de Porto Feliz", Rio de Janeiro, Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1877.  
"Fallá dirigida á Assemblea Legislativa Provincial de São Paulo na Abertura da 2.ª Sessão da 24.ª Legislatura em 10 de janeiro de 1883 pelo presidente Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão", São Paulo, Typographia do Ypiranga, 1883.  
"Relatório da Comissão Central de Estatística", São Paulo, 1888.  
"Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Baptista Pereira, Presidente da Provincia de S. Paulo passou a administração ao 2.º Vice-presidente Exmo. Sr. Barão de Três Rios", Typographia a Vapor do "Diário de Santos", 1878.  
"Relatório de Luiz Antonio de Carvalho aos Acionistas", 31 de dezembro de 1882. s.e.  
"Relatório da Companhia Assucareira de Porto Feliz apresentado à Assembléa Geral dos Snrs. Acionistas em 20 de dezembro de 1884", São Paulo, Typographia a Vapor de Jorge Seckler & C., 1885.  
Vasconcellos, J.M.P. de — "Livro das Terras ou Collecção da Lei, Regulamentos e Ordens", Rio de Janeiro, H. Laemmet & Co., 1885.

#### MEMÓRIAS E DESCRIÇÕES DE VIAJANTES, CRONISTAS E INFORMANTES

- LAËRNE, C. F. van Delden — "Le Brésil et Java. Rapport sur la Culture du Café en Amérique, Asie et Afrique", Haia, Martinus Nyhoff, 1885.  
MENDONÇA, Antônio Manoel de Mello Castro e — "Memória Econômico-Política da Capitania de São Paulo", "Anais do Museu Paulista", Tomo XV, pp. 81-247.  
MULLER, Daniel Pedro — "Ensaio d'un Quadro Estatístico da Provincia de São Paulo", São Paulo, Typographia de Costa Silveira, 1838.

- OLIVEIRA, José Joaquim Machado de — "Quadro Estatístico de alguns Estabelecimentos Ruraes da Provincia de São Paulo", in "Documentos com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Provincia de S. Paulo instruiu o Relatorio da Abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855", São Paulo, Typographia 2 de dezembro, 1855.
- TSCHUDDI, J. J. von — "Viagem às Provincias do Rio de Janeiro e São Paulo", São Paulo, Livraria Martins Editora, 1953, (Biblioteca Histórica Paulista — V).

## II — FONTES SECUNDARIAS

- BRANDÃO SOBRINHO, Júlio — "A Lavoura de canna e a Industria Assucareira dos Estados Paulista e Fluminense", São Paulo, Typographia Brazil de Rothchild & Co., 1912.
- FURTADO, Celso — "Formação Econômica do Brasil", 7.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.
- LISANTI FILHO, Luiz — "Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX (O Exemplo de três vilas paulistas: Campinas, Itú e Pôrto Feliz) 1798 - 1828/9", São Paulo, 1962. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. (mimeografada).
- PETRONE, Maria Thereza Schorer — "A Lavoura Canavieira em São Paulo Expansão e Declínio (1765-1851)", São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- PINTO, Virgílio Noya — "Ritmos da Economia e Dependência Econômica em face dos Mercados Externos", "Anais do Museu Paulista", Tomo XIX, São Paulo, 1965. pp. 107-126.
- PRADO JÚNIOR, Caio — "Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)", 7.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1963.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de — "Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial", "Anais do Museu Paulista", Tomo XXI, São Paulo, 1967. pp. 109-277.